

Artigos

A participação evangélica na política brasileira: uma breve reflexão

The superior effect of images on memorization

Érico Tadeu Xavier¹

¹ Doutor em Teologia (PUC, RJ) e Especialista em Aconselhamento Pastoral (UniBF).

✉ etxacademico@gmail.com

Palavras-chave:

Política;
Religião;
Evangélicos.

Keywords:

Policy;
Religion;
Evangelicals.

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a participação dos evangélicos na política brasileira em uma perspectiva bíblico-ética. O método utilizado será através de uma pesquisa bibliográfica. Diante do aumento expressivo de evangélicos no Brasil, principalmente a partir das décadas de 1970 e 1980, houve uma inserção significativa destes religiosos na esfera política brasileira. De maneira geral, as igrejas costumavam entender que não se deveria associar a religião à política. Contudo, indivíduos cristãos têm participado da vida política, sendo possível observar bons e maus exemplos destes o que influencia direta ou indiretamente na percepção do Cristianismo. Em alguns casos, igrejas evangélicas têm apoiado diretamente certos candidatos influenciando seus eleitores por meio das mensagens religiosas. A bancada evangélica no Congresso Nacional tem aumentado sua participação, com um discurso conservador, mas, atualmente, percebe-se também outros discursos divergentes do posicionamento de direita. Ao analisar a participação política dos evangélicos no Brasil pode-se concluir que a conduta de políticos que se afirmam como cristãos pode contribuir para que a Igreja cristã tenha repercussão positiva e alcance a necessária liberdade religiosa para pregar o Evangelho se estes se mantiverem fiéis aos preceitos bíblicos e não usarem o poder em benefício próprio.

Abstract

This article aims to analyze the participation of evangelicals in Brazilian politics from a biblical-ethical perspective. The method used will be bibliographical research. Given the significant increase in the number of evangelicals in Brazil, especially since the 1970s and 1980s, there has been a significant insertion of these religious people in the Brazilian political sphere. In general, churches used to understand that religion should not be associated with politics. However, Christian individuals have participated in political life, and it is possible to observe both good and bad examples of this, which directly or indirectly influences the perception of Christianity. In some cases, evangelical churches have directly supported certain candidates, influencing their voters through religious messages. The Evangelical caucus in the National Congress has increased its participation, with a conservative discourse, but currently there are also other discourses that differ from the right-wing position. By analyzing the political participation of evangelicals in Brazil, it can be concluded that the conduct of politicians who claim to be Christians can contribute to the Christian Church having a positive impact and achieving the necessary religious freedom to preach the Gospel if they remain faithful to biblical precepts and do not use power for their own benefit.

1 INTRODUÇÃO

O panorama religioso brasileiro, nas últimas décadas vem sofrendo profundas transformações, sendo possível observar o enfraquecimento do poder religioso da igreja católica, a consolidação da democracia e da liberdade religiosa e de expressão, juntamente com a conquista da plena democracia brasileira têm contribuído para essas transformações.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1940, apenas 2,6% da população era evangélica. Esse número aumentou em 1950 para 3,4% e em 1960 para 4%. Já em 1970 foi de 5,2% e em 1980 para 6,6%. Na década de 1991 subiu para 9% e 15,4% no ano 2000. Isso representa um número de 26.184.941 adeptos no Brasil. A projeção do IBGE para 2006 era que esse índice ultrapassasse 40 milhões e que em 2022 50% da população brasileira seria evangélica (Mariano, 2005). Dados mais recentes indicam que a projeção realizada pelo IBGE ficou aquém do esperado, já que a pesquisa realizada pelo Instituto DataFolha, em 2020, afirma que os evangélicos representam 31% da população brasileira, mais de 65 milhões de pessoas (Capler, 2021). Este fato é significativo, porque o Brasil carregou o título de maior país católico do mundo e vem se tornando agora o maior país protestante.

Com o aumento de evangélicos no Brasil houve uma inserção mais significativa destes na esfera política, o que conduz ao seguinte questionamento: O envolvimento de evangélicos na política brasileira tem contribuído para o crescimento da igreja cristã?

Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo analisar a participação dos evangélicos na política brasileira em uma perspectiva bíblico-ética, utilizando o método de uma pesquisa bibliográfica, a fim de verificar a conduta de políticos que se afirmam como cristãos e a contribuição para que a Igreja cristã tenha repercussão positiva e alcance a necessária liberdade religiosa para pregar o Evangelho.

2 O ENVOLVIMENTO POLÍTICO DOS EVANGÉLICOS BRASILEIROS

Os pentecostais e os protestantes crescem em camadas sociais notando-se que enquanto a força pentecostal ainda se mantém na base da pirâmide social (apesar de percebermos um início de mudança nessa realidade), o protestantismo consegue adeptos nas camadas sociais mais elevadas. Essa informação é confirmada pelo censo do IBGE de 2010 cujos dados mostram que a adesão à religião evangélica ocorre com predominância nas classes mais baixas, sendo que a maioria se filia a igrejas pentecostais e neopentecostais. No censo de 2010, foi constatado que 60% (25,3 milhões) dos evangélicos eram pentecostais (Capler, 2021).

Mariano (2005) após analisar o movimento junto às massas pobres, afirma o seguinte:

Resulta, em parte, de seu incansável esforço e empenho para atraí-las, persuadi-las e recrutá-las mediante a oferta sistemática de serviços mágico-religiosos com forte apelo popular, da realização de cultos carregados de alto teor emocional, da propaganda pessoal e eletrônica, difundida diuturnamente, de testemunhos bem-sucedidos de conversão e obtenção de bênçãos. Sua ênfase pastoral e teológica na cura de enfermos, na expulsão e libertação ritual de demônios (tidos como responsáveis pelos infortúnios que afligem fiéis e virtuais adeptos) e na promessa de bênçãos materiais e de milagres aos cristãos obedientes a Deus – ênfase decorrente do propósito de resgatar, reproduzir e disseminar crenças e práticas do cristianismo primitivo – demonstrou ser uma receita evangelística exitosa, dada sua boa adaptação às demandas mágico-religiosas e aos interesses materiais e ideais de parte dos estratos pobres brasileiros e latino-americanos (Mariano, 2005, p. 1).

O perfil dos evangélicos mostra que em cada 10 brasileiros adultos três são evangélicos (29% da população) e pertencem a igrejas como Assembleia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, Congregação Cristã e Igreja do Evangelho Quadrangular (22%) e outros ramos do protestantismo, como: igrejas Batista, Metodista, Presbiteriana, e outras chamadas de evangélicas históricas. As igrejas Assembleia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus e Congregação Cristã no Brasil concentram a maioria da população evangélica (em torno de 74%), conforme atesta Favretto (2017).

O crescimento em números da igreja evangélica foi acompanhado da inserção de seus adeptos em vários âmbitos, como na mídia, na assistência social e na política. Rodrigues (2009, p. 54) esclarece que, dentre os evangélicos que adentram a política, muitos exerciam a “atividade de pastor, bispo ou ministro” em suas igrejas e viviam dessa atividade. Porém, a maioria dos políticos evangélicos não exercia essa ocupação, apesar de representarem a comunidade evangélica.

Até a década de 1960 eram poucos os evangélicos que se aventuravam na vida pública concorrendo a cargos eletivos. A realidade, aos poucos, foi se modificando, não somente no Brasil, mas praticamente, em toda a América Latina. Segundo Padilla (1991, p. 5), ainda que a ênfase na iniciativa individual persista, ela tem cedido espaço para uma atuação política cada vez mais distinguida. Alguns exemplos é a criação de um partido político próprio na Venezuela, em 1978 (*Organización Renovadora Auténtica*) sua interferência evangélica na eleição do primeiro mandato de Alberto Fujimori, no Peru, em 1990; a eleição de Jorge Serrano Dias, membro da Igreja Pentecostal El Shaddai (Deus Onipotente), como presidente da Guatemala; a criação de um partido político "evangélico" na Argentina em 1991.

O envolvimento dos evangélicos na política brasileira teve seu início em 1960, com o movimento “o Brasil para Cristo”, e tinha como objetivo inserir pastores e líderes religiosos protestantes no Congresso Nacional. Em 1986, já havia 33 candidatos eleitos para a Assembleia Nacional Constituinte (UNIT, 2021).

Na década de 1990, as igrejas evangélicas estavam concentrando a intenção de lançar um deputado por unidade federativa, usando como estratégia os púlpitos e reuniões religiosas, com o slogan “irmão vota em irmão”. Nessa mesma década foi formada a bancada evangélica, alicerçada pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) que usava seus canais (igreja, Rede Record de Rádio e Televisão) para “divulgar a ideologia e conclamar a importância dos ‘paladinos do bem’ no cenário político brasileiro” (Borsetto, 2021).

Com a formação da “bancada evangélica”, termo utilizado pela imprensa e por cientistas políticos para definir os políticos evangélicos ou que defendem as pautas definidas por lideranças evangélicas, a inserção de pastores e pessoas que se denominam evangélicos, na política, foi crescente. Em 2013, por exemplo, se a bancada evangélica constituísse um partido seria a terceira bancada de deputados no Congresso Nacional Brasileiro, superada apenas pelas bancadas do PMDB e do PT (Marés, 2013).

Considerando o contexto brasileiro, percebe-se que a grande arrancada para a inserção significativa de evangélicos, na política brasileira, ocorreu na década de 1980. Com a eleição para a Assembleia constituinte no período de 1986-1988, houve uma grande mobilização no meio evangélico para que pastores e líderes concorressem aos cargos públicos eletivos, em vista das possibilidades de interferência do Estado nas religiões, no que os evangélicos e protestantes poderiam intervir. Uma das fortes razões para que ocorresse foi o boato amplamente disseminado de que havia um movimento por parte da igreja católica no sentido de influenciar a legislação contra o crescimento das igrejas evangélicas, cerceando assim a liberdade religiosa.

Mariano (2006, p. 78) fala que o Código Civil de 2003, apresentou em sua criação a tendência de “ampliar o controle jurídico-político do Estado brasileiro e a resultar na realização de mudanças significativas nas organizações religiosas, principalmente naquelas, como as pentecostais [...]”. Tais mudanças poderiam afetar a liberdade religiosa, segundo entenderam os evangélicos, o que levou ao aumento da presença evangélica na esfera política, acarretou em mudanças no Código Civil.

A partir de então, nomes de influência no meio evangélico passaram também a se destacar na vida pública, uma tentativa de mudar a história política brasileira. Marcelo Crivella, Anthony e Rosinha Garotinho, Benedita da Silva, Francisco Rossi, Pastor Everaldo e outros são nomes que se elegeram para cargos de destaque no cenário político do país. Conforme Cunha *et al* (2017, p. 5), em 2014, houve “a candidatura para presidência do Pastor Everaldo, a primeira abertamente ligada às igrejas evangélicas [...]”, evento que consolidou a presença evangélica na esfera da sociedade.

Os deputados-pastores preferem partidos de direita, mas os políticos evangélicos em geral estão em todas as siglas. Como exemplo, Rodrigues (2009, p. 56), apresenta um estudo onde se percebe a presença de evangélicos nas diversas legendas, seja de direita, esquerda ou centro, prevalecendo a legenda do PL (Partido Liberal) entre os pastores políticos. Ressalta o autor o “grande número de seguidores” da Igreja Universal do Reino de Deus que se elegeram por essa legenda nos primeiros anos de inserção evangélica na política brasileira.

Para Borsetto (2021), duas estratégias mantêm o alicerce da bancada evangélica junto ao seu eleitorado:

Um é a Teologia da Prosperidade (TP), em que todos os fiéis têm direito a saúde, bem-estar e boa situação financeira para desfrutarem dos privilégios de serem “filhos do Rei”. Outro é a Teologia do Domínio (TD) onde a realidade tanto física quanto espiritual se restringe à luta do cristão contra o diabo, aqui representados pelos santos católicos e guias de religiões de matriz africana (Borsetto (2021) *apud* UNIT, 2021, p. 1).

Mediante a estratégia de usar os púlpitos para influenciar os eleitores evangélicos, muitos políticos se elegeram. Uma reportagem da Revista Veja chamou a atenção para o fato fazendo uma pergunta intrigante sobre o assunto: “Candidatos de todos os partidos vão ao calvário para conquistar o voto religioso e levantam uma questão: é saudável colocar Deus no centro da política?”. O artigo apresentava situações em que alguns políticos, como os citados acima, evangélicos e não evangélicos, faziam suas campanhas e recebiam as bênçãos de pastores, usando os púlpitos de diferentes igrejas evangélicas para influenciar diretamente o voto dos fiéis, usando o nome da igreja e de Deus para esse fim (Cabral, 2004).

A referida atitude de misturar religião com política já havia sido evidenciada em 2002, quando o vice-presidente do PL, e coordenador político da IURD, Bispo Rodrigues, empenhou-se em trazer igrejas evangélicas ao bloco evangélico pró-Lula, visando estabelecer uma estratégia pela qual os pentecostais apoiassem a candidatura nacional de Anthony Garotinho e fizessem a aliança eleitoral com a chapa de Lula e José Alencar. Para Rodrigues (2009, p. 57), isso, claramente, foi “um pacto entre um partido e uma igreja (a Universal do Reino de Deus) [formando uma aliança] entre petistas e pentecostais, apesar das diferenças ideológicas [...]”.

Diante desse contexto, convém analisar o que a igreja cristã, de forma geral, pensa a respeito da participação dos cristãos na esfera política.

3 A PERCEPÇÃO DA IGREJA CRISTÃ A RESPEITO DA PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA

Enquanto muitas denominações religiosas aderem ao ingresso na vida pública, muitos membros das igrejas evangélicas ainda apresentam certa restrição e dúvidas quanto a oferecer ou não apoio aos seus

candidatos, alegando que religião e política não devem se misturar. É necessário ter claramente estabelecido que, individualmente, ninguém é apolítico, pois a própria pretensão de não adotar nenhuma posição política, em si, já se torna uma posição. Mas enquanto igreja constituída, não deve haver homogeneização entre Igreja e Estado.

A história tem provado que a associação entre igreja e política nunca foi saudável para os cristãos. Atualmente não é diferente. O teólogo e professor Alberto Ronald Timm assinala que:

A Igreja encontra nos ensinamentos de Cristo e dos apóstolos base suficiente para evitar qualquer militância política institucional. O cristianismo apostólico cumpria sua missão evangélica sob as estruturas opressoras do Império Romano sem se voltar contra elas. O próprio Cristo afirmou que o Seu reino "não é deste mundo" e que, por conseguinte, os Seus "ministros" não empunham bandeiras políticas (Timm, 2006, p. 13).

O maior perigo que se percebe no envolvimento da igreja com o Estado está na corrupção que brota do poder, cuja influência conduz, fatalmente, ao afastamento da vontade de Deus, da conduta ética e moral requerida por Ele a todos os que se autodenominam crentes. Todos nós, em maior ou menor grau de intensidade, corremos o risco de viver em função da obtenção do poder e de sermos corrompidos por ele. Freston (2004, p.37) atesta que:

O âmago de tudo isso é a grande questão ausente dos nossos debates teológicos: o poder. Tanto o personalismo individualista como o institucionalismo corporativista sofrem de uma doutrina fraca do pecado. Aliás, nós evangélicos, ironicamente, muitas vezes temos um conceito fraco do pecado! Não temos a doutrina protestante clássica de desconfiança no ser humano - qualquer ser humano, mesmo que seja um cristão sério, convertido, batizado no Espírito Santo; ou mesmo vários deles reunidos na cúpula de uma denominação. A doutrina clássica de que os pecadores precisam se controlar mutuamente num sistema de mútua prestação de contas é substituída por uma esperança "messiânica" num grande líder político evangélico ou pela fé numa "vanguarda" de líderes evangélicos com um direito divino de governar.

Uma vez que é deste fato que podem ter se originado prejuízos e o desgaste da imagem sofridos pela igreja, decorrentes das ações de alguns políticos evangélicos, como foi o caso, por exemplo, dos líderes da Igreja Renascer, presos por fazerem uso da fé de seus adeptos para enriquecerem e obterem *status* e poder e a repercussão negativa do cristianismo foi percebida internacionalmente, por envolver corrupção nas indicações de parentes e pessoas ligadas à igreja para ocuparem cargos de confiança nos governos.

Há que se ter cuidado também ao atribuir a Deus revelações, por meio de visões e sonhos, como muitas vezes ocorre nos espaços religiosos que apoiam políticos, e que refletem e expressam única e exclusivamente os desejos e aspirações acalentados no íntimo do sujeito.

Esta também é a percepção de Cabral (2004), ao avaliar a miscigenação que muitos fazem entre Deus e a política, indevidamente.

Nos Estados Unidos, talvez o exemplo mais eloquente da influência de Deus na política de uma nação democrática, a questão religiosa tem gerado profundas controvérsias, em especial depois da eleição de George W. Bush, um fundamentalista cristão que – assustadoramente – dá sinais de que se julga enviado divino. Hoje, há desavenças até nas escolas americanas entre os criacionistas, para quem o homem descende de Adão e Eva, e os evolucionistas, adeptos da teoria da evolução das espécies de Charles Darwin (Cabral, 2004, p. 45).

A respeito da pretensão de alguns políticos em fazer uso da imagem de evangélico, ou da imagem da igreja à qual frequenta, para galgar as escalas sociais e políticas, Freston (2004) afirma que, assim como se deve desconfiar de partidos e políticos que visam ao poder mediante a ideia de estarem na "vanguarda", como os partidos comunistas faziam antigamente, colocando os líderes como seres iluminados, capazes de interpretar infalivelmente os acontecimentos históricos, trazendo a si o direito de guiar o

povo, deve-se desconfiar de bancadas que surgem com a pretensão de se colocarem como agentes divinos.

O autor ressalta que não se pode confiar tanto em uma pessoa ou grupo, por mais que se mostrem consagrados, e por mais unção que digam ter do Espírito para legislar em nome de Deus, pois nada substitui um sistema de prestação mútua de contas, de transparência e de participação democrática, embora a democracia não garanta nada, mas está mais próxima da visão bíblica para o ser humano (Freston, 2004). Nesse sentido, a igreja não pode se abster de buscar uma participação na sociedade, mas, quando houver conflito entre o Estado e a ordem divina, é necessário assumir posição, está baseada na declaração apostólica: “Antes, importa obedecer a Deus do que aos homens” (At. 5:29).

No propósito de bem servir à sociedade, a igreja deve contribuir com o Estado combatendo, em seu meio, o anarquismo e o zelotismo. Contudo, a referida Instituição também precisa cumprir “diante do Estado a função de vigilante, isto é, permanecer, por princípio, em posição crítica diante de todo Estado e preveni-lo para que não transgrida seus limites” (Cullmann, 1955).

O que se requer da igreja cristã perante o Estado é que ela busque preservar a ordem, a justiça e a liberdade, mas, como igreja, esta deve evitar de se identificar com uma causa política e não estabelecer tal identidade nem mesmo nos mais modestos limites, em nenhuma circunstância, segundo o teólogo Barth (1944, *apud* Magalhães, 2010, p. 81).

Ao apoiar um político que faça parte do rol de membros, ou uma causa política, especificamente, a igreja pode acabar revelando uma imagem negativa à sociedade caso, uma vez eleitos, esses políticos venham a depor contra a fé que até então professavam.

Uma coisa é a igreja, enquanto instituição, envolver-se na política, apoiando este ou aquele candidato e permitindo que o mesmo use os seus espaços físico e temporal para campanha política. Outra bem diferente é o indivíduo, crente professo, decidir concorrer a um cargo eletivo.

Referente ao ingresso individual dos crentes na política, as Escrituras Sagradas trazem alguns exemplos de pessoas que galgaram altos escalões dos impérios e nem por isso deixaram de ser fiéis a Deus. Ao contrário, quando esses fiéis se dispuseram a obedecer a Deus em quaisquer circunstâncias, foram abençoados, não somente eles, mas também toda a nação israelita. Podemos ler tais exemplos na vida de José (Êxodo 37), Daniel e o próprio rei Davi, sem falar de Moisés, que preferiu abrir mão de todos os privilégios que o esperavam como príncipe do Egito para compartilhar a sorte dos filhos de Israel.

Talvez a grande pergunta que permeia toda esta reflexão e que mereça maior consideração seja: O envolvimento e a inserção de evangélicos na política brasileira têm contribuído para que a imagem da igreja, e especialmente, de Cristo, seja enaltecida?

4 A CONDUTA CRISTÃ NA POLÍTICA

Do início do século XXI até o momento tem sido perceptível o envolvimento da religião com a política, na pessoa de políticos que, muitas vezes, usam de sua denominação para ascender a este espaço social.

A presença de pentecostais na esfera política mostra que os evangélicos buscam ganhar status político na sociedade brasileira por diversos motivos, não somente devido àqueles ligados à proteção da liberdade religiosa, mas também visando ao fortalecimento da identidade religiosa perante o Estado e a sociedade brasileira. Diversas igrejas são representadas por seus membros na bancada evangélica e na Frente Parlamentar evangélica. Informações do Congresso em Foco (2020) mostram que tanto o ramo

protestante histórico quanto o ramo evangélico pentecostal e neopentecostal estão presentes no Congresso e em 2020, havia deputados e senadores das igrejas Batista, Universal, Assembleia de Deus, Presbiteriana, Adventista, Quadrangular e outras.

Segundo a Wikipédia (2022), considerando a 56ª Legislatura, que compreende o período de 2019 a 2022, a bancada evangélica cresceu de 75 para 84 deputados e de 6 para 7 senadores, enquanto a Frente Parlamentar Evangélica é formada por 195 deputados federais e 8 senadores.

Atualmente, de acordo com a pesquisa feita pela ferramenta “Radar do Congresso”, do Congresso em Foco (2020), o grupo evangélico está mais numeroso, buscando por mais poder e cargos relevantes. Em 1994 havia 21 deputados federais evangélicos e em 2020, contava com 105 deputados e 15 senadores, o equivalente a 20% do Congresso.

Capler (2021) chama a atenção para o fato de que a fé evangélica e os evangélicos precisam receber um tratamento mais sério, de modo que a sociedade como um todo deixe de lado estereótipos como: fascistas, ignorantes, autoritários, ao se referirem a alguns políticos evangélicos, pois está ocorrendo uma transição religiosa importante no país. Estes políticos podem estar se identificando com propostas mais populistas, mais reacionárias, tendo o voto definido pelo eleitor evangélico, como foi o caso do presidente Jair Bolsonaro, que, em 2018, angariou os votos de aproximadamente 21 milhões de evangélicos e continuou a acenar para o segmento religioso quando, em 2021, indicou André Mendonça para a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), um candidato evangélico, conservador, que atendia aos movimentos evangélicos. O nome do referido foi aprovado para o cargo.

Targino (2020, p. 1) aponta que a presença de evangélicos na esfera política brasileira deve ser analisada sob o aspecto de sua identidade religiosa e representatividade cristã, devendo-se atentar para o fato de que “líderes e políticos evangélicos nem sempre representam um retrato fiel do que pensam ou fazem todos os demais integrantes desta vertente religiosa”. Ou seja, nem todos os evangélicos mantêm uma postura conservadora, sendo comum, atualmente, a defesa de várias bandeiras por estes indivíduos. Targino afirma:

Isso nos leva a conclusão de que, embora carreguem como identificação o rótulo de “evangélicos”, nem sempre estes líderes e políticos estão realmente alinhados com as perspectivas e convicções do cidadão comum que professa esta fé. Da mesma forma, o impacto de seus posicionamentos públicos sobre o segmento evangélico nem sempre gera a mobilização que esperam, especialmente porque sabemos que os fiéis – não só evangélicos, mas também de outras religiões – exercem agência e podem escolher as condutas e posturas as quais deseja aderir (Targino, 2020, p. 1).

Diante dos discursos divergentes de políticos evangélicos percebe-se que estes sujeitos não mantêm uma unidade entre eles, apresentando condutas que, muitas vezes, dissociam-se de sua fé em muitos aspectos, beirando à “politicagem” e ultrapassando as barreiras da religião. Por isso, segundo Targino (2020, p. 1), “precisamos observar com cuidado a qual público é direcionado o discurso conservador propalado por determinados líderes políticos e religiosos”.

Embora não se possa generalizar, a atitude de muitos políticos evangélicos leva a concluir que, no cenário político brasileiro, duas palavras se confundem, tanto na interpretação como nas atitudes de quem se aventura no caminho do poder: “política” e “politicagem”.

A conduta cristã é algo que não pode estar separada do político evangélico, pois não se pode ser um na igreja e outro no Congresso. A atuação de determinados políticos que afirmam serem evangélicos, mas que usam do poder para enriquecer, fortalecerem-se socialmente, ou mesmo aqueles que usam de engodos para conseguirem votos, prevalecendo-se da ignorância dos eleitores, ou de suas dificuldades e necessidades, é algo que se deve avaliar.

Isso porque, muitos evangélicos que adentram na esfera política perdem de vista que esta, por si mesma, visa ao bem estar social. No entanto, para estes, ao obterem o poder do cargo, a prioridade passa a ser os seus interesses particulares, o que os leva a cair facilmente em corrupção moral e ética. Ao continuarem a agir assim, passa a ser difícil serem vistos como cristãos, já que a prioridade não é serem iguais a Cristo, mas tirarem vantagem da posição que ocupam em benefício próprio, embora eles ainda carreguem a alcunha de “evangélicos”.

Freston (2004) afirma que ninguém pode se considerar o Messias ao ser eleito, e nenhuma igreja ou organização religiosa deveria idolatrar seus candidatos pois, biblicamente, não se deve confiar nos homens, mesmo que estes sejam evangélicos e que os tenham ajudado a alcançarem o poder. Por se ter uma doutrina superficial do pecado é que se criam ídolos evangélicos que, ao adentrarem a política, acabam desapontando seu eleitorado, a igreja e o próprio país.

Esta análise do caráter e da conduta cristã frente ao meio político deve ser feita por todos os crentes que adentram a essas fileiras, assim como, pelos seus eleitores. Freston (2004) nos sugere olhar para os evangélicos que ingressam na vida pública como atores de um enredo escrito por forças diversas que fogem do nosso controle, vindo daí a necessidade de uma visão clara sobre o seu papel ao desempenhar uma função por meio de um cargo eletivo.

A vulnerabilidade humana parece propensa a usufruir de benefícios, mesmo que estes os distanciem dos propósitos que Deus exige daqueles que se utilizam do Seu nome, por manter estreitas relações com o poder. O pecado não é devidamente considerado, posto que muitos “deixam de ter uma compreensão satisfatória a respeito do grande problema do mal” (White, 1985, p. 195).

Aqueles que adentram à política como cristãos e deixam o poder corromper suas convicções religiosas, enaltecendo-se acima dos que o elegeram merecem resposta apropriada de seus eleitores que, por sua vez, precisam avaliar melhor quem colocam no poder, considerando-os não apenas pela fé que afirmam professar, mas pelos seus “frutos”, pela ética e pela moralidade que apresentam como prova dessa fé.

Nesse aspecto em particular, algumas características do eleitorado brasileiro precisam ser modificadas, uma vez que, muitos eleitores vivem no analfabetismo político, aceitando tudo o que lhes é dito e prometido, não tendo a clara percepção de que os políticos que elegem irão influenciar, para o bem ou para o mal, a vida da sociedade brasileira como um todo. Porém, muitos tomam suas decisões sem analisar o contexto do país, sem conhecer seus candidatos, escolhendo-os nos últimos dias sem um critério bem definido ou, ainda, com base em favores e benefícios recebidos ou prometidos, como dinheiro, cestas básicas, promessas diversas. Desse modo, os próprios eleitores, dizendo-se evangélicos, fazem escolhas contrárias à sua fé. Segundo Rocha (2006, p. 15), e preciso que:

[...] todo cristão entre no processo político e pratique a cidadania pelo exercício do voto, buscando informar-se e educar-se politicamente. Há necessidade de o cristão perceber que a ignorância em relação à política não aumenta a felicidade espiritual individual, nem favorece o crescimento da Igreja enquanto comunidade. Pelo contrário, é no caos gerado pela ausência de participação política dos cristãos que se estabelece desordem social e decadência moral.

Em contraponto, existem políticos cristãos honestos, evangélicos por fé e conduta, que atuam na política em favor da nação, exercendo suas funções políticas em reconhecimento de que trabalham para o povo e, especialmente, para Deus, que é “Aquele que coloca os governos e os tira” conforme descreve Paulo em Romanos 13:1-2.

O candidato evangélico precisa apresentar condutas dignas de um cristão verdadeiro. Timm (2006, p. 13), afirma que “a Igreja espera que os que se candidatam a cargos políticos elegíveis sejam honestos em sua campanha e, se eleitos, também no exercício de suas funções políticas”. No caso, ao se candidatar a um cargo político, o cristão precisa ser e parecer honesto, em sua vida pessoal e pública. Não basta apenas parecer, exteriormente. O mesmo autor também avalia que o candidato cristão não deve se aliar a partidos ou ideologias contrárias ao que a igreja prega e, especialmente, ao que a Bíblia, orienta. Para ele,

Cada candidato deve conduzir o seu processo eleitoral-político (1) sem assumir posturas ideológicas e partidárias contrárias aos princípios cristãos; (2) sem se valer de recursos financeiros inapropriados; (3) sem prometer o que não possa cumprir; (4) sem denegrir a reputação de outros candidatos igualmente honestos; (5) sem se envolver com coligações não condizentes com a fé cristã; [...] (Timm, 2006, p. 13).

A transparência e a austeridade ao se lidar com o que é público é ainda a melhor maneira de manter o caráter ímpoluto. Aos cristãos que pretendem ocupar um cargo público e dar sua contribuição para a diminuição do sofrimento e da privação pelos quais passam as camadas menos favorecidas, pode-se aludir a frase atribuída a Cesar com relação à sua esposa Pompeia, aqui parafraseada para apontar a importância de ser e de parecer, ao mesmo tempo: “Não basta ao político evangélico parecer honesto, ele tem que ser honesto”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envolvimento de religiosos na esfera política traz à tona questões que norteiam o mundo do cristão, mas que não são facilmente visíveis no mundo político, tendo em vista que, muitas vezes, a política está associada à corrupção, à perda de valores morais e éticos, em virtude do uso que se faz do poder quando o indivíduo adentra aos espaços de poder político e social.

Ao analisar a participação política dos evangélicos no Brasil, pode-se concluir que a conduta destes indivíduos, que se afirmam evangélicos deve ser tal qual a fé que eles dizem professar. Não se pode ser um na igreja e outro na política, então, o político cristão honesto pode contribuir para que a igreja tenha repercussão positiva e alcance a necessária liberdade religiosa para pregar o Evangelho, se este se mantiver fiel aos preceitos bíblicos e não usar o poder em benefício próprio.

A política é uma necessidade para a estrutura do Estado, mas os homens que a compõem precisam estar cientes da importância do cargo que ocupam para que o país e o povo possam prosperar. Nisso os cristãos podem contribuir muito, se eles se dispuserem a agir em conformidade com a fé que afirmam professar.

REFERÊNCIAS

BEGUOCI, L. Brasil é o maior país pentecostal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, segunda-feira, 29 de janeiro de 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2901200708.html>. Acesso em: 17 abr. 2022.

CABRAL, O. O evangelho segundo os políticos. **Veja**, São Paulo, 1863, p. 42-45, jul. 2004.

CAPLER, R. O crescimento evangélico, a próxima eleição e o pastor no STF. **Veja online**, 7 jul. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/o-crescimento-evangelico-a-proxima-eleicao-e-o-pastor-no-stf/>. Acesso em: 2 maio 2022.

CONGRESSO EM FOCO. **Veja quais deputados e senadores fazem parte da bancada evangélica.** 15 set. 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/veja-quais-deputados-e-senadores-fazem-parte-da-bancada-evangelica/>. Acesso em: 2 maio. 2022.

CUNHA, C. V.; LOPES, P. V. L.; LUI, J. **Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll: Instituto de Estudos da Religião, 2017.

FAVRETTO, A. Quais são e qual o perfil das 10 igrejas evangélicas mais numerosas do Brasil. **Gazeta do Povo**, 26 abr. 2017. Disponível em: <https://www.semprefamilia.com.br/religiao/quais-sao-e-qual-o-perfil-das-10-igrejas-evangelicas-mais-numerosas-do-brasil/>. Acesso em: 2 maio. 2022.

FRESTON, P. Campanha eleitoral: raiz de todos os males. **Ultimato**, São Paulo, 15 set. 2004.

MAGALHAES, D. A. O cristão e a política: o filho de Deus no reino dos homens. **Kerygma**, v. 6, n. 2, p. 75-83, 2º sem. 2010.

MARÉS, C. Bancada evangélica seria 3.º partido da Câmara. **Gazeta do Povo**, 21 abr. 2013. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/bancada-evangelica-seria-3-partido-da-camara-e3vwr7to2ezxol996se0xliry/>. Acesso em: 2 maio. 2022.

MARIANO, R. **Pentecostais e política no Brasil.** 2005. Disponível em: https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/2005/05/13_impr.shtml. Acesso em: 17 abr. 2022.

MARIANO, R. A reação dos evangélicos ao novo Código Civil. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 6, n. 2, p. 77-99, 2006.

PADILLA, R. Los evangélicos: nuevos actores en el escenario político latinoamericano. In: **De la marginación al compromiso.** Quito: FTL, 1991, p. 5.

ROCHA, J. M. A responsabilidade do adventista e da IASD no contexto político. **Kerygma**, v. 2, n. 2, p. 11-19, 2006.

RODRIGUES, L. M. **Mudanças na classe política brasileira.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Fontes secundárias de recrutamento político, 51-97.

TARGINO, J. Os evangélicos na política: desfazendo equívocos e abrindo novos horizontes de análise. **Odela – Observatório do Estado Latino Americano, UFRGS**, 11 abr. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/odela/2020/11/04/os-evangelicos-na-politica-desfazendo-equivocos-e-abrindo-novos-horizontes-de-analise/>. Acesso em: 2 maio. 2022.

TIMM, A. R. Os adventistas e a política: conceitos básicos sobre a posição dos adventistas sobre política. **Revista Adventista**, p. 12-15, 2006.

UNIT. **Como a bancada evangélica é influente na política brasileira.** 2021. Disponível em: <https://portal.unit.br/blog/noticias/como-a-bancada-evangelica-e-influente-na-politica-brasileira/>. Acesso em: 2 maio. 2022.

WHITE, E. G. **O conflito dos séculos durante a era cristã.** Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1985.

WIKIPEDIA. **Bancada evangélica.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bancada_evangelica. Acesso em: 2 maio. 2022.